Maguire, M. (1998), *«Ethics in the Public Service-Current Issues and Practice». Ethics and Accountability in a Context of Governance and New Public Management,* IIAS/EGPA, IOS Press: 23-34.

Maesschalck, J. (2004), *«The Impact of New Public Management Reforms on Public Servants. Ethics: Towards a Theory», Public Administration,* vol. 82, No. 2: 465 ? 489.

Menzel, Donald (1998), «www.ethics.gov: *Issues and Challenges Facing Public Managers». Public Administration Review,* Washington: Sep/Oct.Vol.58, ss.5: 445-452.

Menzel, Donald (1999), *«Rediscovering the lost world of public service ethics: Do we need new ethics for public administrators». Public Administration Review,* Washington:Sep/Oct. vol. 59, Iss. 5: 443-447.

OECD/PUMA (1996), *Putting Citizens First: Portuguese Experience in Public Management Reform, Occasional Papers,* No. 13.

Rohr, J. A. (2004), *«On Cooper's Big Questions». Public Administration Review,* vol 64, No 4: 408 − 409.

Ruhil, Anirudh (2000), *«Public Service and Democracy: Ethical Imperatives for the 21st Century». Journal of Public Administration Research and Theory;* Oct; 10, 4; Wilson Social Sciences Abstracts: 83.

Williams, Russel (2000), *«The responsible administrator has the ethics edge». Public Administration Review,* Washington: Nov/Dec. vol. 60, Iss. 6: 582-587.

202996834

## Aviso n.º 5119/2010

**Procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do IST, para a área de biblioteca, documentação e arquivo.**

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna -se público que, por despacho do Presidente do IST, de 24 de Fevereiro de 2010, proferido no uso de competência delegada pelo despacho reitoral, n.º 20 602/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 177, de 11-09-2009, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado através de contrato de trabalho em funções públicas, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho no Mapa de Pessoal do Instituto Superior Técnico da carreira geral de técnico superior, categoria de técnico superior.

Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e no artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria. O presente processo assume a forma de procedimento concursal comum, constituindo-se reserva de recrutamento no organismo para todos os candidatos aprovados no procedimento concursal comum e não contratados, válido pelo prazo de 18 meses, nos termos do artigo 40.º da portaria.

1 — Local de trabalho: Instituto Superior Técnico, Campus da Alameda (Avenida Rovisco Pais, 1049-001 LISBOA) ou Campus do Tagus-park (Av. Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, 2744-016 Porto Salvo).

2 — Caracterização do posto de trabalho: um posto de trabalho a ocupar na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em conformidade com o estabelecido no Mapa de Pessoal, para o exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, elaboração de pareceres e projectos e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado na área em que se insere o posto de trabalho. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.

Posicionamento remuneratório: de acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria será objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Requisitos gerais: são requisitos de admissão necessários à constituição da relação jurídica de emprego público os constantes do artigo 8.º da LVCR, sob pena de exclusão do procedimento:

*i*) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

*ii*) Ter 18 anos de idade completos;

*iii*) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

*iv*) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

*v*) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4.2 — Requisitos habilitacionais: é exigido o grau académico de licenciatura e curso de especialização em Ciências da Informação e Documentação, variante arquivo, ponderando-se, ainda, a titularidade do grau de mestre ou doutorado nesta área. Não é permitida a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

4.3 — Requisitos preferenciais: possuir experiência profissional na área de arquivo, designadamente em contexto universitário, nas áreas funcionais de: (i) comunicação e difusão, avaliação, tratamento arquivístico, arquivo digital; (ii) experiência na pesquisa e análise de fontes de informação internacionais; (iii) experiência na elaboração de relatórios de trabalho; (iv) experiência de análise, organização e descrição arquivística no âmbito das normas ISAD(G), ISAAR(CPF) e orientações de descrição arquivística (ODA); (v) experiência na utilização do sistema de gestão e descrição arquivística: DigitArq; (vi) conhecimentos do Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos (MoReq) e de elaboração de caderno de encargos e avaliação de sistemas electrónicos de gestão de arquivos; (vii) experiência na realização e condução de entrevistas sectoriais a unidades orgânicas, de recolha e análise estatística de dados, de análise de legislação e leis orgânicas, (viii) bons conhecimentos de inglês e castelhano.

5 — Para efeitos do presente procedimento concursal de recrutamento não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade especial, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, de acordo com o disposto na alínea *l*), n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — O presente recrutamento efectua-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e, ainda, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente constituída, de acordo com o parecer favorável emitido através de Despacho do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 04 de Março de 2010, conforme disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

7 — Os candidatos devem reunir os requisitos referidos nos números anteriores até à data limite de apresentação das candidaturas.

8 — Prazo e forma para apresentação das candidaturas:

8.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

8.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte de papel, mediante preenchimento do formulário de candidatura aprovado pelo despacho (extracto) n.º 11 321/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 89, de 08 de Maio de 2009 e o envio dos anexos nele referidos. O formulário está disponível no Núcleo de Gestão de Pessoal da Direcção de Recursos Humanos, sito na Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa, ou na página electrónica http://areapessoal.ist.utl.pt/html/formularios/ e pode ser entregue pessoalmente no Núcleo de Gestão de Pessoal, das 10.00 às 12.00 horas e das 14.00 às 16.00 horas, nos dias úteis, ou remetidas por correio registado com aviso de recepção, para a morada acima indicada.

8.3 — Documentação adicional: o formulário, devidamente datado e assinado, deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão nos termos previstos no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009 de:

*a*) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias e do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;

*b*) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, que inclua fotografia do candidato;

*c*) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente actualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

*d*) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente actualizada e autenticada, da qual constem as actividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

8.4 — Aos candidatos que exerçam funções no IST não é exigida a apresentação de outros documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual. Aqueles documentos serão solicitados oficiosamente pelo júri ao serviço competente, nos termos do n.º 6 do artigo 28.º da portaria n.º 83-A/2009.

8.5 — O júri, por sua iniciativa ou a requerimento do candidato, pode conceder um prazo suplementar razoável para apresentação dos documentos exigidos quando seja de admitir que a sua não apresentação atempada se tenha devido a causas não imputáveis ao candidato.

8.6 — As falsas declarações serão denunciadas ao Ministério Público e punidas nos termos da lei.

9 — Métodos de selecção: o presente recrutamento assume carácter de urgência, dada a carência de pessoal do IST, na área para a qual é aberto o procedimento concursal, que satisfaça necessidades urgentes no desenvolvimento de actividades permanentes do serviço. Deste modo, será utilizado somente um dos métodos de selecção obrigatórios indicados nas alíneas *a*) dos n.os 1 e 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, neste caso a Prova de Conhecimentos.

A Prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessários ao exercício das funções para as quais se pretende recrutar.

10 — Valoração e critérios do método de selecção:

10.1 — Classificação: Cada fase da prova é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração final até às centésimas.

10.2 — Estrutura da Prova: a prova de conhecimentos será escrita, comportando três fases, todas eliminatórias de per se, obedecendo às seguintes regras:

1.ª Fase, sem consulta, tem a duração de 45 minutos e uma ponderação de 30 %. Consistirá num conjunto de perguntas com resposta de escolha múltipla, com opções sendo que:

Cada resposta certa é valorada em 1,00 valor;
Cada resposta errada desconta 0,50 valores;
Cada pergunta não respondida não é valorada.

2.ª Fase, sem consulta, tem a duração de 60 minutos e uma ponderação de 30 %. Consistirá no desenvolvimento de duas questões sobre conhecimentos teóricos da arquivística, em geral e dos arquivos universitários, em particular, sendo que:

Cada resposta é valorada em 10 valores;
Em qualquer das questões desta fase o candidato não poderá ter nota inferior a 50 % da cotação atribuída.

3.ª Fase, sem consulta, tem a duração de 90 minutos e uma ponderação de 40 %. Consistirá na resolução de três problemas de aplicação prática, podendo consistir na análise de casos cuja resolução exiga a utilização de uma das línguas estrangeiras referidas no ponto 4.3. Esta fase compreende o desenvolvimento de raciocínio crítico e aplicação dos conhecimentos teóricos em contexto real, sendo que:

Cada resposta é valorada em 6,67 valores;
Em qualquer dos blocos desta fase o candidato não poderá ter nota inferior a 50 % da cotação atribuída.
Além do conteúdo e estrutura da(s) resposta(s) serão avaliados a capacidade de raciocínio e de comunicação, o uso adequado da Língua Portuguesa e a estrutura do texto.
As temáticas da prova de conhecimentos são as constantes do Anexo 1, que é parte integrante do presente aviso. A bibliografia necessária à sua preparação consta do Anexo 2.

10.3 — Em situações de igualdade de valoração serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009.

11 — Exclusão e notificação de candidatos: de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º, os candidatos excluídos serão notificados pela forma prevista na alínea *a*) do n.º 3 da referida portaria, para a realização da audiência dos interessados.

12 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local, para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e pela forma prevista na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009.

13 — A publicitação dos resultados obtidos em cada fase é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Núcleo de Gestão de Pessoal do IST e disponibilizada na sua página electrónica. Os candidatos aprovados na primeira fase, são convocados para a fase seguinte através de notificação, pela forma prevista na mesma alínea *a*).

14 — À lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e às exclusões ocorridas no decurso da aplicação do método de selecção é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 3 do artigo 30.º e nos n.os 1 a 5 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. A referida lista, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República,* afixada em local visível e público das instalações deste Serviço e disponibilizada na página electrónica.

15 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Quotas de emprego: de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos nesta situação devem declarar no formulário de candidatura em local próprio, para além dos meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do diploma supra mencionado.

17 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página electrónica do Instituto Superior Técnico e, por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da referida portaria, as actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação da cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 — Composição do júri:

Presidente: Hermínio Albino Pires Diogo, Director Adjunto para as Bibliotecas do IST

Vogais efectivos:

Clara Isabel Ferreira Cristo, técnica superior de Biblioteca e Documentação, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos

Ana Cristina Fonseca da Silva Rigueiro, técnica superior de Arquivo

Vogais suplentes:

Maria Helena Neves Pereira Ramalho Rua, Professora Auxiliar do IST

Maria da Glória Santos Pinheiro, Técnica Superior

Lisboa, Instituto Superior Técnico, 05 de Março de 2010. — *Prof. Miguel de Ayala Botto,* Membro do Conselho de Gestão para os Assuntos de Pessoal.

ANEXO 1

**Temas a abordar na prova de conhecimentos**

[os temas indicados poderão ser abordados em qualquer das fases da prova, excepto os assinalados com asterisco (*), que só serão abrangidos pela primeira fase]

**Temas a abordar na prova de conhecimentos**

*a*) Organização e funcionamento das universidades*

Regime jurídico
Organização e funcionamento da Universidade Técnica de Lisboa
Organização e funcionamento do Instituto Superior Técnico
Avaliação de desempenho na Administração Pública

*b*) Trabalhadores que exercem funções públicas*

Estatuto disciplinar
Regimes de vinculação
Avaliação de desempenho

*c*) Procedimentos Administrativos
*d*) Acesso aos documentos de Administração
*e*) Protecção de dados pessoais
*f*) Instrumentos de gestão de arquivo
*g*) Sistemas de gestão da informação
*h*) Acessibilidade e comunicação de documentos de arquivo
*i*) Avaliação da documentação arquivística
*j*) Descrição arquivística e produção de instrumentos de descrição
*k*) Conservação permanente e aquisição
*l*) Interoperabilidade no contexto da informação de arquivo
*m*) Gestão e preservação de documentos digitais
*n*) Sistemas electrónicos de gestão de documentos de arquivo

ANEXO 2

2.1 — Legislação para a prova de conhecimentos:

Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem Funções Públicas (Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro).

Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas — LVCR (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro).

Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho na Administração Pública — SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro).

Regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro).

Lei de Acesso aos Documentos da Administração — LADA (Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto).

Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro).

Estrutura orgânica da Administração Directa do Estado (Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro).

Estrutura orgânica da Administração Indirecta do Estado (Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro).

Lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto).

Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro).

Lei Orgânica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 214/2006, de 27 de Outubro).

Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

Fichas de avaliação e listas de competências (Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro).

Estatutos do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 1806/2010, de 18 de Janeiro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 17, de 26 de Janeiro de 2009).

Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa (despacho normativo n.º 57/2008, de 28 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 6 de Novembro de 2008).

2.2 — Bibliografia para a prova de conhecimentos:

Alves, Ivone et al. — Dicionário de terminologia arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

Arquivo Distrital do Porto. Relatórios do projecto DigitArq <http://www.adporto.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=41&Itemid=67>

Carapeto, Carlos; Fonseca, Fátima — Administração Pública. Modernização, Qualidade e Inovação. Lisboa: Edições Sílabo, 2005. ISBN 972-618-354-5

Choo, Chun Wei — Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Caminho, 2003. ISBN 972-21-1506.5.

Cunha, Celso; Cintra, Lindley — Nova gramática do português contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997. ISBN 972-9230-00-5.

Guia para a elaboração de cadernos de encargos e avaliação de *software* de sistemas electrónicos de gestão de arquivos. Lisboa: DGARQ, 2008. http://www.dgarq.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/

Henriques, Cecília; Barbedo, Francisco; Montalvão, Luís — Manual para a Gestão de Documentos. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998. ISBN 972-8107-38-2.

Ilharco, Fernando — Filosofia da informação. Uma introdução à informação como fundação da acção, da comunidade e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2003. ISBN 972-54-0068-2

Instituto Português da Qualidade — Norma portuguesa. Informação e documentação. Gestão de documentos de arquivo. Princípios directores. NP 4438-1: 2005.

Instituto Português da Qualidade — Norma portuguesa. Informação e Documentação. Terminologia arquivística: conceitos básicos. NP 4041: 2005

Instituto Português da Qualidade — Norma portuguesa. Sistemas de gestão da qualidade. ISO 9001: 2000.

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística — Tradução da norma. Lisboa: IAN/TT. 2002 < http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>

ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias — Tradução da norma. Lisboa: IAN/TT. 2004 < http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>

Laudon, Kenneth; Laudon, Jane — Management Information Systems: Managing the Digital Firm. 10th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006. ISBN 0-13-157984-3.

MIP: meta-informação para a interoperabilidade. LISBOA: DGARQ, 2008. < http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/mip.pdf>

Model Requirements for the Management of Electronic Records. European Commission: Archival Policy, 2008. <http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/moreq/spec_moreq2_en.htm>

ODA — Orientações para a Descrição Arquivística. Lisboa: DGARQ, 2007. <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>

Recomendações para a produção de planos de preservação digital. LISBOA: DGARQ, 2008. <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/plano_preserv_digital.pdf>

Penteado, Pedro et al. — Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto de uma reestruturação da administração central do Estado. LISBOA: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006. < http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/orientacoes_ace.pdf>

Rafael, António — Desafios profissionais da gestão documental. LISBOA: Edições Colibri, 2009. ISBN 978-972-772-941-8

Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos. 2.º vol.: Modelo de requisitos para a gestão de Arquivos electrónicos. Lisboa: IAN/TT, 2002. < http://www.dgarq.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-dedocumentos/>

Ribeiro, Fernanda et al — Estudo orgânico-funcional. (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação em Arquivo). Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda — Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 174 p. ISBN 972-36-0622-4.

2.3 — Artigos para a prova de conhecimentos:

An Introduction to Digital Preservation. http://www.tasi.ac.uk/advice/delivering/digpres.html

Borbinha, José et al. — Manifesto para a Preservação Digital. http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22002/Borbinha.pdf

Charter on the Preservation of the Digital Heritage. <http://portal.unesco.org/ci/en/file_download.php/4cc126a2692a22c7c7dcc5ef2e2878c7Charter_en.pdf>

Chapman, Stephen; Kenney, Anne R. — Digital Conversion of Research Library Materials: a case for full information capture. <http://www.dlib.org/dlib/october96/cornell/10chapman.html>

Charter on the Preservation of the Digital Heritage. <http://portal.unesco.org/ci/en/file_download.php/4cc126a2692a22c7c7dcc5ef2e2878c7Charter_en.pdf>

Digitisation. <http://www.nla.gov.au/padi/topics/69.html>

Lavoie, Brian — Thirteen Ways of Looking at…Digital Preservation. <http://www.dlib.org/dlib/july04/lavoie/07lavoie.html>

Lee, Kyong-Ho; Lu, Richang; McCrary, Victor; Slattery, Oliver; Tang, Xiao — The State of the Art and Practice in Digital Preservation. <http://nvl.nist.gov/pub/nistpubs/jres/107/1/j71lee.pdf>

LYNCH, Clifford — Where do we go from here?: the next decade for digital libraries. <http://www.dlib.org/dlib/july05/lynch/07lynch.html>

Rosenthalt, David et al. — Requirements for Digital Preservation Systems: a bottom-up approach. <http://www.dlib.org/dlib/november05/rosenthal/11rosenthal.html>

Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS). Consultative Committee for Space Data Systems: Recommendation for Space Data System Standards (2002). <http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0b1.pdf>

Thibodeau, K.- Overview of Technological Approaches to Digital Preservation and Challenges in Coming Years, 2002. <http://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau.html>

Webb, Colin — Stairways to Digital Heaven? Preserving Oral History Recordings at the National Library of Austrália. <http://www.nla.gov.au/nla/staffpaper/cwebb2.html>

2.4 — Páginas de internet para a prova de conhecimentos:

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (http://www.dgaep.gov.pt/)

Instituto Superior Técnico (http://www.ist.utl.pt/)

Universidade Técnica de Lisboa (http://www.utl.pt/)

202996875